Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A CríticaClass.: PAMR 0070Data: 9 de fevereiro de 1992

Pg.: _____

Índios, minérios e animais na conversa de Gilberto e Collor

Demarcação das terras indígenas Ticuna e Ianomami, a questão mineral e o abate de animais são alguns dos polêmicos temas que o governador Gilberto Mestrinho deverá tratar com o presidente Fernando Collor de Mello entre hoje e amanhã, revelou ontem uma fonte ligada a Mestrinho.

Para ilustrar a conversa, o governador amazonense vai exibir ao Presidente da República uma vasta documentação - livros, revistas, anúncios e recortes de jornais - que trata da abertura da temporada de caças aos animais em alguns países do Primeiro Mundo, cuja atividade rende milhões de dólares.

Sobre a caça liberada, Mestrinho argumenta que a Amazônia é mediterrânea, porque o Pantanal do Mato Grosso também fica na Amazônia:

- Nós temos criatórios naturais lá no Pantanal e se nós formos perder tempo criando jacarés lá, então é melhor criar outro animal que seja muito mais rentável. O jacaré é criado pela natureza e nós defendemos sua caça temporária porque todos os países civilizados do mundo o fazem e o secretário Lutzemberger, do Meio Ambiente, sabe bem disso. Todos eles tem caça organizada para defender a fauna, observa o governador.

Apenas numa temporada de caça, chega a 500 mil a média de patos, perdizes e marrecos que são abatidos anualmente no Rio Grande do Sul, que teve sua caça liberada pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no dia 2 de maio do ano passado.

Por outro lado, a Federação de Caça e Tiro (Fecat) daquele Estado criou uma entidade denominada "Pró-Fauna", uma cópia da americana "Ducks Limited", cujo objetivo é criar projetos de defesa da flora e fauna gaúchas. Para isto, a Fecat encaminhou ao Ibama, na forma de veículos, 40% dos US\$ 100 mil na concessão de licença da caça, dos quais 30% são investidos em pesquisa com doação, inclusive para o Instituto Zoobotânico e outros 20% direcionados à campanha de conscientização técnica operacional.

Um outro dado que o governador Gilberto Mestrinho dispõe, diz respeito a licença por temporada (1991) que foi de Cr\$ 28 mil enquanto o arrendamento de fazendas para um período de quatro meses foi variável entre Cr\$ 500 mil a Cr\$ 1 milhão.

Segundo Mestrinho, o Primeiro Congresso Mundial de Caça, em 1985, em Madrid (Espanha), aprovou a caça legalizada como uma garantia das espécies. Observa, ainda, que data de 1936 a mais antiga portaria disciplinando a caça no Rio Grande do Sul, (terra do secretário Lutzemberger) quando a questão ainda era tratada pelo Ministério da Agricultura.

A caça é um artifício regulador da reprodução das espécies e, nas últimas décadas, os perdizes e patos se adaptaram à natureza degradada pela expansão da lavoura de grãos e vem ameaçando toda a região sul da América, onde os predadores naturais sucumbiram à derrubada das matas.

- Caso venha a caça a ser proibida,

como desejam algumas entidades ecológicas, a lavoura não terá como combater estas novas pragas, pois os predadores vem atacando toda a área ao sul do rio Jacuí, interferindo na economia do Rio Grande do Sul e ameaçando as regiões vizinhas, diz Mestrinho explicando que, apesar da liberação da caça naquele Estado, a população de lebres vem aumentando ano a ano. Para o governador, "a fauna deve ser vista a partir da visão de Darwin e não de Disney, como preferem os que confundem ecologia com proteção aos animais".

Índios - Quanto à questão da demarcação das reservas indígenas dos Ianomami e Ticuna, Mestrinho diz que "estão fazendo muita besteira":

- Nós estamos atentos ao processo e eu quero dizer o seguinte: as populações com situação legal nessas áreas terão a defesa do meu governo. Ninguém vai fazer bagunça aqui no Estado não; pelo menos até 94, enquanto eu estiver aqui.

"Se a propriedade do cidadão for ameaçada - adverte o governador - e se fizerem absurdos como fizeram em outras épocas, farei o que fiz no passado, mesmo porque existe uma Constituição estadual, uma Constituição federal que dá direito ao cidadão também, quer dizer, o cidadão brasileiro têm direitos também. Se a terra foi concedida é porque podia ser. O título é legal, a não ser que eles paguem alta indenização, mas essa conversa de apenas dizer que tira e pronto, bota para fora e toma tudo que tem, não. Isso não se fará no Amazonas, ninguém vai fazer isso aqui..."

O Código e os governadores

Ana Célia Ossame

O desenvolvimento econômico e social da Amazônia é uma legítima aspiração dos amazônidas e se traduz em expectativa sobre as políticas governamentais formuladas nas esferas federal, estadual e municipal. Esta é a introdução da Declaração dos Governadores dos Estados da Amazônia, que está entre os documentos a serem distribuídos à imprensa e que reflete ainda o Código Amazônico, defendido pelo governador Gilberto Mestrinho. No Código, a tese principal é a autonomia para o estabelecimento de uma política para administração dos recursos naturais, orgânicos e inorgânicos e paisagísticos.

O Código Amazônico, de autoria de Mestrinho, é claro e objetivo quando rebate as idéias dos ecologistas e até ironiza algumas propostas. Para o governador, a idéia de transformar a Amazônia num santuário ecológico significa ridicularizar o homem amazônico, como sendo um ente incapaz de manter seu habitat natural. "Essa idéia mal elaborada para descrédito de nossa gente, não

poderia e nem pode fazer eco entre os verdadeiros brasileiros e muito menos entre os amazônidas", afirma Mestrinho que chega a definir o Código como sendo "um não à política do não às transformações necessárias e pertinentes à construção do verdadeiro futuro da Amazônia". Para o governador, as idéias do Código aperfeiçoam a legislação sobre meio ambiente, porque nascem da experiência e conhecimento da região, de quem tem autoridade inquestionável de haver preservado a floresta amazônica até os dias de hoje.

Mestrinho diz que o Código visa impedir a morte econômica da região vinculando-o à preservação do meio ambiente. Ele classifica a região em quatro classes: urbanas, rurais, unidade de conservação e preservação ambiental e indígenas. Pelo proposto no seu artigo quarto, o Código assegura que é livre o exercício das atividades econômicas, observadas as restrições legais, tendo o Estado como responsável pelo estabelecimento da disciplina. É objetivo dos governadores dos Estados da Amazônia assegurar a mobilização de todo o potencial da região segundo modelos de desenvolvimento inovadores e mediante políticas justas de exploração

e comercialização de conservação do meio ambiente e de extensão às populações locais, que lutam pela sobrevivência. Os governadores reiteram a soberania brasileira sobre a Região Amazônica, o que não impede a cooperação internacional.

Mestrinho observa ainda que o Código Amazônico representa o ato inicial para resgatar a acumulada dívida de todas as gerações de brasileiros, que relegaram a Região Amazônica à posição secundária em que se situa no contexto nacional de desenvolvimento. A reorganização do espaço amazônico vai, segundo ele, desde a implantação de áreas produtivas, do manejo da flora e fauna, reestruturação e modernização das áreas urbanas com vistas a diminuição da poluição ambiental até a compatibilização das políticas setoriais com a do meio ambiente. O Código prevê até mesmo a exploração de recursos naturais em áreas de preservação, em condições anteriormente pré-estabelecidas pelos órgãos ambientais estaduais. É ainda que a transformação de uma área para preservação tem que passar por prévia autorização legislativa do Estado, já que vai impedir ou limitar atividades econômicas.